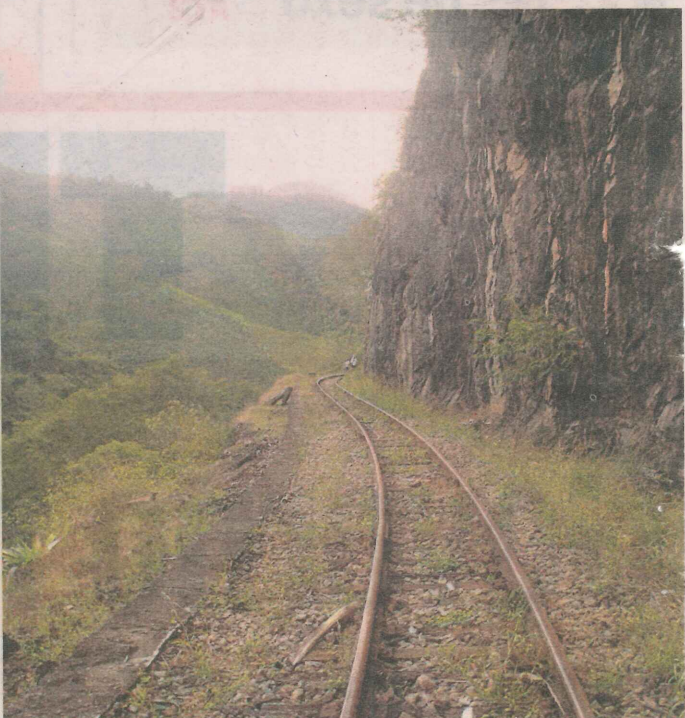
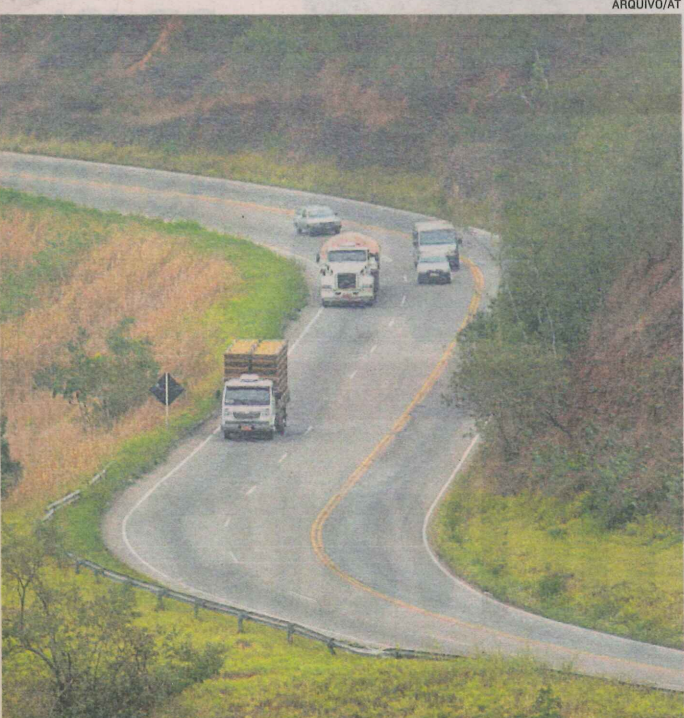


Reportagem Especial



RODOVIA BR-262, PERSPECTIVA DO PORTO DE ÁGUAS PROFUNDAS E FERROVIA: concessão à iniciativa privada tem como objetivo garantir ampliações e agilizar concretização de projetos

PLANO DE LOGÍSTICA

BR-262 e porto privatizados

Anúncio da concessão de rodovia, ferrovia e do superporto estão previstos para amanhã. Em breve, o aeroporto vai entrar nessa lista

**Beatriz Seixas
Francine Spinassé**

O governo federal vai anunciar amanhã privatizações de ferrovias, rodovias, aeroportos e portos. No Estado, a presidente Dilma Rousseff vai confirmar a concessão da BR-262, do trecho que vai de Viana até a divisa com Minas Gerais. A previsão é que no pacote esteja também a privatização da ferrovia Vitória-Rio de Janeiro e do porto de águas profundas para movimentação de contêineres, chamado de superporto, ambos ainda no papel. O aeroporto de Vitória também vai entrar no pacote de concessões, mas deve ficar para um se-

gundo momento, ainda sem data prevista. Batizado de Plano Nacional de Logística Integrada, o pacote de medidas que começa a ser anunciado amanhã tem valor estimado entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões. A ideia do governo é fazer concessões para obras em rodovias e ferrovias pelo prazo de 25 anos. Na prática, o plano prevê a concessão de 8 mil quilômetros de rodovias no Centro-Oeste, no Sudeste, no Nordeste e até no Norte, incluindo aí a duplicação de 6 mil quilômetros, além da construção de novos trechos — serviços a serem executados pela iniciativa privada. No início do mês, a Presidente já havia sinalizado a intenção de privatização de um porto no Estado. Quatro áreas podem sediar o superporto: Barra do Riacho, em Aracruz; Praia Mole, em Vitória; Vila Velha; e Anchieta. Em visita recente ao Espírito Santo, um grupo de empresários do Porto de Cingapura já sinalizou o interesse em investir no projeto. O Ministério dos Transportes

confirmou, dentro do pacote, o anúncio da concessão da BR-262, ligando o Espírito Santo a Minas Gerais, que está em estudo. No trecho do Estado, seriam 181 quilômetros concedidos à iniciativa privada. Já em Minas serão 196 quilômetros. A previsão é que a concessão seja iniciada em 2014. Quanto à construção da ferrovia, ela foi anunciada em dezembro de 2011, por determinação da própria presidente Dilma. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Infraero e a Secretaria de Portos preferiram não adiantarem as medidas que serão anunciadas.

OS NÚMEROS

R\$ 90 bi
é o valor total do investimento

25 anos
é o prazo das concessões

O QUE O GOVERNO VAI ANUNCIAR

- Ferrovia de 600 quilômetros No Estado**
 - BR-262**
 - FOI AUTORIZADO pelo Ministério dos Transportes o estudo técnico que será usado para o processo de concessão da BR-262, entre o Espírito Santo e Minas Gerais.
 - A PREVISÃO é que a concessão se inicie em 2014, em 181 quilômetros no Estado, do trecho que vai do posto da PRF, em Viana, até Iúna, na divisa com Minas Gerais.
 - O ESTADO mineiro deve ter mais 196 quilômetros da estrada privatizada.
 - Ferrovia Vitória-Rio de Janeiro**
 - TEM PREVISÃO de 600 km de malha ferroviária, que deverá servir para transporte de cargas e passageiros.
 - O INVESTIMENTO foi uma determinação da presidente Dilma Rousseff, e o estudo de viabilidade deve ficar pronto até o final do ano.
- Superporto**
 - O MELHOR local para o porto de águas profundas, ou superporto, está sendo avaliado. Pode ser em Vitória, Aracruz, Vila Velha ou Anchieta.
- Aeroporto de Vitória**
 - A CONCESSÃO do aeroporto não deve ser anunciada nessa primeira rodada de medidas. A privatização deve ficar para um segundo momento.
- No País**
 - A PRESIDENTE deve priorizar no primeiro anúncio do pacote de concessões, que será realizado amanhã, a concessão de rodovias federais e ferrovias.
 - PORTOS também entrarão no pacote anunciado. Quanto aos aeroportos, aos poucos o governo deve anunciar privatizações até que a Infraero fique apenas com aeroportos regionais.

Três praças de pedágio

Caso seja implantada nos mesmos moldes previstos para a concessão da BR-101 no Estado, a BR-262, no trecho da rodovia no Espírito Santo, deve ter três praças de pedágio. O Ministério dos Transportes autorizou, na semana passada, o estudo técnico para a privatização da BR-262, do Espírito Santo a Minas Gerais, que tem ao todo 377 quilômetros. Segundo o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado (Dnit), Halpher Luiggi, o trecho capixaba que está em estudo e deve ser privatizado irá do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em Viana, passando pelos municípios de Domingos Martins, Mare-

chal Floriano, Domingos Martins, novamente, Venda Nova do Imigrante, Ibatiba e Iúna, até a divisa. “O trecho urbano, de Campo Grande e Jardim América, não será contemplado. Uma das possibilidades é que ele seja municipalizado, mas isso só aconteceria com a construção da Quarta Ponte e seus acessos”, afirmou. O superintendente destacou que quanto a duplicações, ele não acredita que seja necessária em toda a extensão da rodovia. “Pode ser que no trecho de Viana, até pouco depois de Marechal, seja realizado, mas isso seria feito pelo poder público. “Esse custo não estaria incluído na tarifa, já que não seria feito pela empresa que assumir a concessão.”

RENATO GASAGRANDE GOVERNADOR

“Estamos perdendo incentivos”

A TRIBUNA - O Estado deverá ser contemplado com o anúncio que será feito pelo governo federal amanhã em relação às privatizações nos setores de infraestrutura? **RENATO GASAGRANDE** - Estamos articulando a entrada no pacote do governo federal da concessão da BR-262, do porto de águas profundas (superporto), em local que deve ser definido até o final do ano, e da ferrovia Vitória-Rio de Janeiro. Esses projetos estão sendo articulados há algum tempo, e temos a expectativa que eles sejam anunciados pela presidente Dilma Rousseff.

> E a privatização do aeroporto de Vitória? Disso não tenho nenhuma informação. Estamos trabalhando,



CASAGRANDE: investimentos

principalmente, nas outras três questões. O que sabemos é que o antigo consórcio vai assumir as obras. Está dependendo apenas da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). **> O que a privatização dos empreendimentos nessas áreas representa para o Estado?** Esses são os maiores limitadores para o nosso desenvolvimento. Estamos perdendo incentivos. Então, precisamos ter o Estado cada vez mais competitivo e eficiente. Se essa sinalização for dada pelo governo federal, será nossa possibilidade de nos consolidarmos como um polo logístico referência no Brasil e no mundo.

Reportagem Especial

PLANO DE LOGÍSTICA

Obstáculos e disputa por terras não vão atrapalhar

Disputas por terras, indefinições quanto à indenização bilionária que a União teria de pagar a antigos proprietários da área do aeroporto de Vitória e ainda uma lista de mais de 2 mil obstáculos que atrapalham pouso e decolagem de aeronaves não deverão ser impedimento para privatizar o aeroporto Eurico de Aguiar Salles, na avaliação de especialistas.

O professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) com doutorado em Administração e mestrado em Ciências em Transporte Duarte de Souza Rosa Filho crê que as brigas não provocarão mudança: "Isso não é um dificultador. Esse assunto é coisa vencida."

O especialista em Políticas Públicas Aminthas Loureiro Junior, por sua vez, justifica que o aeroporto tem demanda garantida, e isso é um atrativo para o setor privado, independente das limitações.

"Hoje são quase 4 milhões de passageiros que usam o aeroporto

anualmente, e se fizermos projeções, daqui a 10 anos esse número irá para quase 14 milhões por ano. Não creio que algumas restrições espantem o setor privado", pontua.

Já o economista e professor universitário Antônio Marcus Machado avalia que esses pontos podem ser empecilhos para atrair empresas. "Empresários gostam de atuar em situações claras e seguras. Eles aceitam riscos, mas não incertezas. Então se a documentação dos patrimônios não estiver correta, acho difícil convencê-los."

Outro fator que preocupa são os 2.054 obstáculos identificados pe-

“Hoje são 4 milhões de passageiros e em 10 anos serão 14 milhões. Não creio que restrições afastem o setor privado”

Aminthas Loureiro Junior, especialista

lo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), da Aeronáutica. Prédios, casas, shopping center, hotéis e motel estão na rota dos aviões e são considerados ameaças à segurança.

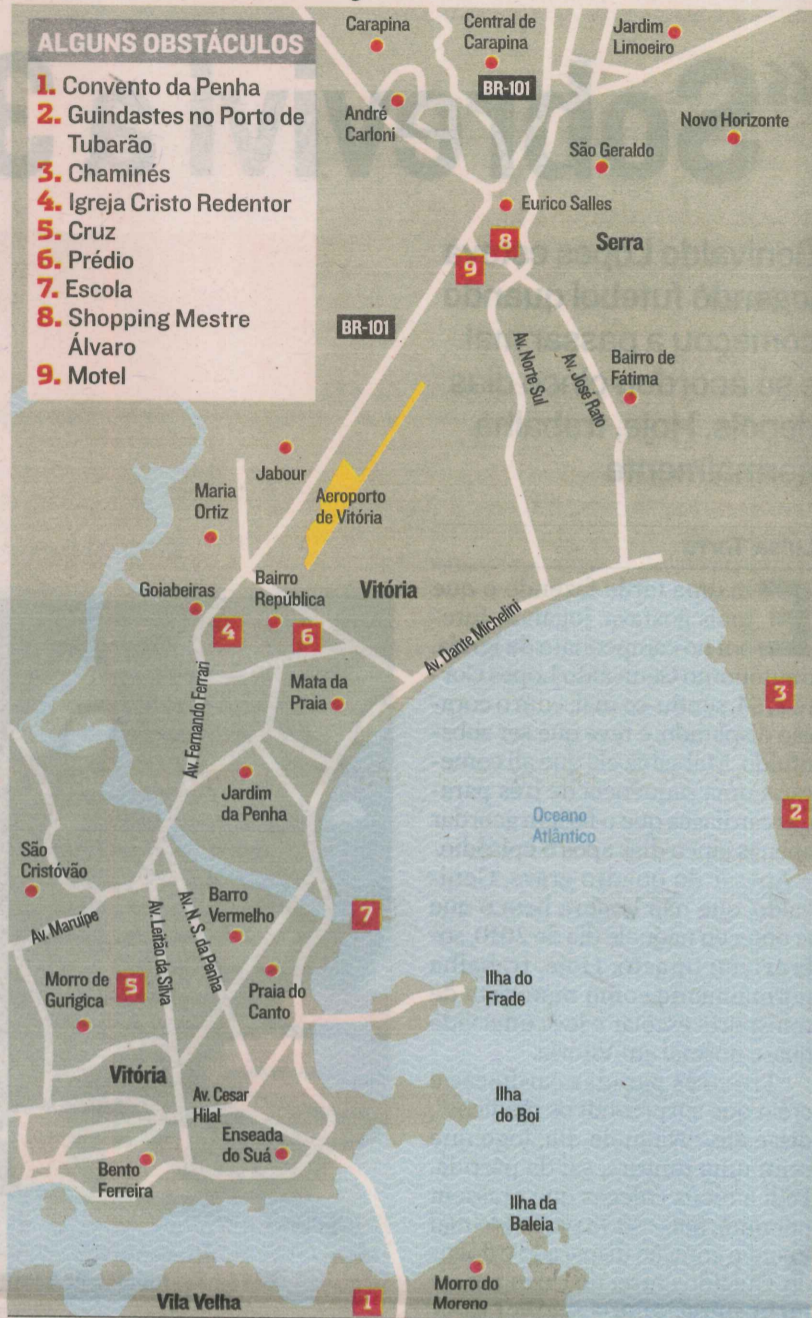
Tanto é que, no mês passado, desembargadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) mantiveram a sentença da Justiça Federal de Vitória de suspensão das autorizações para obras no aeroporto em função desses obstáculos.

Conforme a decisão, "houve omissão do Terceiro Comando da Aeronáutica (Comar III) em fiscalizar a segurança e não ter impedido a construção de empreendimentos que invadem a zona de proteção do aeroporto".

Por isso, a exigência é que as obras sejam reiniciadas após atualização do Plano Específico de Zona de Proteção Aeroportuária. Apesar da decisão do TRF, a Infraero informou, por sua assessoria, que as obras não estão embargadas.

FERNANDO RIBEIRO - 26/07/2012

Zona de proteção 2.054 problemas no total



Fonte: Levantamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica (Decea) para conclusão do Plano Específico de Zona de Proteção Aeroportuária do aeroporto.

Especialistas aprovam

Empresários, economistas e especialistas em infraestrutura aprovaram a decisão do governo federal de entregar à iniciativa privada projetos de portos, rodovias, ferrovias e aeroportos no País e no Estado.

O economista Antônio Marcus Machado afirmou que, em momentos de crise, "em que faltam recursos para investimentos necessários", a opção pela privatização é muito positiva.

"Além disso, temos dois desafios pela frente: Copa do Mundo e Olimpíadas. Ambas vão exigir uma velocidade de investimento que o governo não tem condições de cumprir. Não é só questão de crise, mas urgência dos prazos para que a

gente possa reduzir impactos e melhorar crescimento da economia."

Na opinião do presidente da Fetransportes, Luiz Wagner Chieppe, os investimentos em concessões e parcerias público-privadas têm tudo para alavancar o desenvolvimento logístico do Espírito Santo.

"Diante do cenário de total carência de obras de infraestrutura federal, todo investimento é necessário. As concessões à iniciativa privada são uma boa maneira de dar mais velocidade a processos que, muitas vezes, ficam presos a questões burocráticas da máquina pública."

Para o especialista em Políticas Públicas Aminthas Loureiro Junior, é fundamental que o governo tenha ações reguladoras bem estruturadas para acompanhar esse processo de privatização.

"Se eu vou privatizar o aeroporto, por exemplo, é preciso que eu garanta qualidade e preço. Não adianta privatizar para ficar de ótima qualidade e o preço ser elevado. Assim, o serviço fica restrito."

Ele defende que seja criada uma legislação específica para esses casos de concessão à iniciativa privada no setor de infraestrutura e que o governo tenha capacidade de fiscalização.

O professor da Ufes Duarte de Souza Rosa Filho sugere que a população acompanhe de perto para não haver má aplicação dos recursos: "Tenho reticências ao anúncio de investimentos fabulosos."

GUSTAVO FORATTINI - 17/12/2010



CHIEPPE: "Investimento necessário"



AVIÃO no aeroporto de Vitória: preocupação com 2.054 obstáculos identificados ao redor do terminal

Medidas para "girar a economia"

A estratégia da presidente Dilma Rousseff será de "fatiar" as medidas de infraestrutura. Ela planeja anunciar investimentos da iniciativa privada em portos no próximo dia 29, em aeroportos no dia 5 de setembro, e as desonerações de impostos na tarifa de energia elétrica logo em seguida, no dia 12.

Todo o esforço de Dilma é para criar uma agenda positiva que impulse o crescimento e faça "girar a economia", termo usado com frequência no Palácio do Planalto.

A Presidente quer evitar que a previsão pessimista para 2013 se transforme em realidade.

Dilma já disse à equipe econômica que fará tudo o que estiver ao

seu alcance para impedir a repetição do "pibinho" de 2,7% do ano passado, embora as expectativas do mercado sejam até menores do que esse índice.

O governo aposta nos investimentos em infraestrutura para interligar toda a malha rodoviária e ferroviária do País e ajudar o escoamento da produção, que enfrenta inúmeros gargalos.

Levantamento feito pelo Ministério dos Transportes mostrou que as ferrovias estão totalmente sucateadas e precisam ser reconstruídas.

A intenção da Presidente é criar meios disponíveis para que a produção brasileira chegue aos por-

tos. A ênfase do governo não é a arrecadação, mas garantir que os investimentos sejam feitos nas estradas.

"Essa política de investimentos vai ser expressa tanto por meio de concessão como por outros marcos regulatórios, como as parcerias público-privadas", disse Dilma, no mês passado, ao comentar as medidas.

A expectativa inicial era de que a presidente Dilma primeiro se reunisse com os empresários, ontem, e somente amanhã anunciasse o plano de logística. Com receio de "vazamentos", porém, ela decidiu fazer a reunião com os empresários e o anúncio no mesmo dia.